



**Reunião Extraordinária da Assembleia
da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo**

28.10.2011

Ata número um/2011

Ao vigésimo oitavo dia de Outubro de dois mil e onze, com início pelas dezassete horas e trinta minutos, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a primeira reunião extraordinária da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto Único:-----

1. Análise da acessibilidade dos cidadãos residentes no Médio Tejo aos cuidados de saúde-----

Estiveram presentes na reunião os deputados eleitos constantes da folha de presenças anexa à presente ata e da qual faz parte integrante. -----

Estiveram ainda presentes, o Vice-Presidente do Conselho Executivo da CIMT Fernando Corvelo de Sousa a Secretária Executiva, as Presidentes de Abrantes e Alcanena, a Vereadora da CM de Constância, Júlia Amorim, Teresa Taborda, Cristina Diogo e Rita Trindade que secretariaram a reunião. -----

Iniciados os trabalhos a Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal começou por referir que o deputado Henrique dos Reis Leal tinha pedido a suspensão do mandato por 6 meses, sendo substituído pelo deputado Luís Grácio do Bloco de Esquerda já tendo este tomado posse.-----

Foram igualmente referidas as faltas sem substituições dos deputados Anacleto da Silva Batista, por ter uma reunião já agendada, bem como, Rui Monteiro Picciochi por se encontrar doente.-----

No que respeita às faltas e substituições foram enunciadas as seguintes: deputado Ramiro Silvestre pelo deputado Manuel Ligeiro; o deputado Manuel Santos Filipe pela deputada Dina Ferreira Lopes; o deputado José Manuel Trincão Marques pela deputada Rita Gomes Morte e o deputado Bruno José Gomes pelo deputado Fernando António Ideias.-----

1. Análise da acessibilidade dos cidadãos residentes no Médio Tejo aos cuidados de saúde-----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal esclareceu aos deputados que iria ser distribuída cópia de uma moção apresentada pela CDU intitulada "pela melhoria dos cuidados de saúde de proximidade", bem como, cópia do despacho de nomeação publicado em Diário da República da nova ARS de Lisboa e Vale do Tejo.-

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal deu a palavra ao deputado Manuel Ligeiro que apresentou aos restantes deputados a moção acima referida. O deputado Manuel Ligeiro começou por referir que a saúde é um bem precioso que merecia estar sob vigilância constante, devendo todos nós mantê-la e melhorá-la. -

Referiu que os acessos à prestação destes cuidados de saúde se têm vindo a tornar mais difíceis e, com tendência a se agravarem devido às medidas restritivas dos últimos governos e às imposições da Troika.-----

Comentou igualmente, que o número de cidadãos sem médico de família não tem parado de crescer e como consequência disso assiste-se ao encerramento de extensões e postos de saúde um pouco por todo o lado. Chamou igualmente a atenção da possibilidade do encerramento das urgências, ou parte das urgências, dos hospitais de Tomar e Torres Novas.-----

Foi referido que o valor das taxas moderadoras iria ser aumentado, que as portagens da A23 e do antigo IC3 agora denominado de A13 constituem igualmente mais um grande obstáculo neste processo.-----

Tendo em conta esta situação, o deputado Manuel Ligeiro apelou a esta Assembleia que representa os cidadãos do Médio Tejo, para não ficarem indiferentes a esta matéria, propondo a aprovação da moção apresentada.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal verificou que, após esta intervenção alguns deputados se queriam inscrever para de igual modo, manifestarem a sua opinião. Foi dada a palavra à deputada Ana Cláudia Coelho que referiu que o teor da moção apresentada não era análogo com a que tinha sido distribuída, solicitando por isso mesmo esclarecimentos à CDU.-----

O deputado Manuel Ligeiro prestou alguns esclarecimentos, referindo a falta de médicos no Médio Tejo; as dificuldades nas deslocações com as atuais instalações de pórticos na A13 e na A23; referência aos ACES, entre outros. Acabou a sua explanação referindo que o Centro Hospitalar do Médio Tejo satisfaz todas as condições para ser integrado na rede hospitalar médico-cirúrgica.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal deu a palavra à deputada Graciete Honrado. -----

A deputada iniciou a sua intervenção referindo os poucos alertas que têm sido feitos nesta matéria, solicitando que, todo o processo seja feito de modo a não colocar em risco o que está consignado.-----

Focou os cuidados no direito à saúde, enunciando o artigo 104.º da Constituição da República Portuguesa, ao qual todos temos direito.-----

Foram de igual modo focadas as acessibilidades, a inexistência da rede de transportes públicos, a idade, a taxa de dependência entre outros.-----

Comentou que as entidades competentes deveriam ser ouvidas, nomeadamente os executivos das Câmaras Municipais e das Freguesias, devendo haver diálogo em todos estes processos. Deu como exemplo, a situação da passagem do IC3 para a A13, reiterando dever haver participação das entidades competentes. Apelou ao diálogo com o governo para minimizar o impacto para as populações ou até mesmo

arranjar soluções alternativas.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal deu a palavra ao deputado Luís Grácio, que mostrou a sua preocupação, referindo que deveria haver uma clarificação sobre o que nos espera. Comentou as alterações nas urgências os boatos e as pressões que se têm vindo a sentir.-----

Alertou para a grave situação dos utentes estarem sem médicos de família, tal como, a questão dos médicos oriundos da Costa Rica estarem impedidos de trabalhar. Esclareceu que o Bloco de Esquerda não aceita a redução de custos nos ACES, e que apoiam todas as manifestações populares nesta matéria.-----

Face aos esclarecimentos prestados sugeriu que fosse realizada uma assembleia de autarcas a fim se serem manifestadas as suas posições, na salvaguarda dos utentes e das suas necessidades.-----

Foi solicitado pela Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal que o deputado Luís Grácio que lhe fizesse chegar a presenta proposta agora apresentada.-----

Por sua vez, o deputado Paulo Constantino referiu as avultadas despesas do Centro Hospitalar do Médio Tejo com os transportes, alertando mais uma vez para o grande entrave que se irá fazer sentir com a instalação de pórticos na A23 e na A13.-----

Referiu que deveriam ser encontradas soluções nos transportes, por exemplo, para os bombeiros e outras instituições com cariz semelhante.-----

Após a intervenção do deputado Paulo Constantino a Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal deu a palavra ao Vice-Presidente do Conselho Executivo Corvelo de Sousa, para poder ser esclarecido o que a CIMT tem vindo a desenvolver sobre esta matéria-----

O Vice-Presidente da CIMT deu alguns esclarecimentos sobre o projeto transporte a pedido, a ser desenvolvido pela CIMT, focando que iria ser efetuado um estudo piloto nomeadamente no concelho de Mação, para posteriormente ser replicado nos restantes concelhos do Médio Tejo.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal deu de seguida a palavra ao deputado João Rito.-----

Comentou este deputado que era vital pensar seriamente no número de utentes que existem no Médio Tejo, de modo a serem criadas condições para que todos tenham acesso aos serviços de saúde que precisam.-----

Referiu que a Assembleia Intermunicipal se deve preocupar com os utentes do Médio Tejo para que estes sejam bem servidos e para que, haja possibilidade de haver transportes sem custos. Ao nível do concelho de Mação, referiu que se podia congratular pois verificava um grande esforço da câmara municipal para que os cuidados fossem prestados da melhor forma possível.-----

Foi dada a palavra à deputada Fátima Chambel que voltou a referir a saúde como um bem essencial para as populações, mencionando o artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa 1 e 2 alínea a) do ponto 3.-----

Mostrou preocupação com os utentes a quem encerraram as extensões de saúde, alertando igualmente uma grande preocupação com os doentes oncológicos.-----

Finalizou a sua intervenção lamentando o facto de os Municípios não terem sido ouvidos neste processo.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal deu a palavra ao deputado João Simões que, voltou a focar o problema das urgências e das acessibilidades.-----

Comentou a necessidade de coordenação nos 3 hospitais. Teceu alguns comentários de igual modo já referenciados por outros deputados, e veio propor à assembleia da CIMT que fosse criada uma comissão de saúde (constituída por um representante de cada partido ou grupo com a presidência da Presidente da Assembleia) a qual enumere, em conjunto com o Conselho Executivo, solicitar audiências urgentes com os Grupos Parlamentares, Comissão de Saúde da Assembleia da República, Ministro da Saúde, para lhes transmitir de viva voz as posições desta Assembleia sobre as situações de saúde na CIMT (Centro Hospitalar do Médio Tejo e extensões de saúde).-----

Solicitou de igual modo, que esta proposta fosse aprovada em minuta e desta se desse conhecimento aos Grupos Parlamentares, à Comissão Parlamentar da Assembleia da República e à Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo e dos ACES. Terminou a sua intervenção referindo que deve haver uma boa luta na defesa dos utentes do Médio Tejo, tal como, apelou a que nas autarquias se desse conhecimento destes problemas exigindo o respeito às pessoas.-----

Foi dada a palavra à deputada Ana Cláudia Coelho. Referiu terem sido focados vários problemas ligados à saúde, contudo abstinha-se de proferir comentários ao governo.-----

Disse que não havia certezas de nada e que era importante solicitar uma reunião ao Centro Hospitalar do Médio Tejo.-----

Voltou a focar o fecho das extensões dos centros de saúde, e os que ainda deverão ser fechados, tendo em conta os cortes que se faziam sentir. Alertou de igual modo, para o concurso que ainda não tinha sido aberto por parte da CCDR no que respeita às unidades móveis de saúde. Sublinhou que se deve lutar na defesa do direito à saúde dos utentes do Médio Tejo, apelando a que nas autarquias se debatesses os problemas de saúde e terminou exigindo o respeito pelas pessoas.--

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal deu a palavra ao deputado António Mor, que teve uma longa intervenção.-----

Começou por comentar que era delicado estar num órgão de gestão do centro hospitalar e, ser igualmente membro desta assembleia intermunicipal. Referiu que a assembleia intermunicipal deveria ter um papel pedagógico.-----

Esclareceu que o problema maior estava na rede de cuidados primários, focando que se dirigem ao centro hospitalar por ano, cerca de 200 mil pessoas.-----

Teceu alguns comentários inerentes ao funcionamento do centro hospitalar, esclarecendo os deputados. Afirmou ser um lutador não só pela sua terra, como também, pela sua região, pedindo a todos os deputados contributos, pois podiam ser muito úteis.-----

Deputado José Batista agradeceu os esclarecimentos que o deputado António Mor tinha prestado, voltando a dizer que ninguém sabia no presente momento ao certo o que irá acontecer aos hospitais-----

Saudou as Senhoras Presidentes dos ACES, Maria do Céu Albuquerque e Fernanda Asseiceira.-----

Referiu as 2 moções já trazidas anteriormente, esclarecendo que era contra as comissões, contudo, considerava neste processo ser importante que fosse criada uma comissão para reunir com o Conselho Executivo e os órgãos competentes para

se tentarem resolver os problemas.-----

Deputado Silvestre Pereira fez uso da palavra, referindo já ter chegado ligeiramente atrasado fruto de um acidente na A1, e que estava ligeiramente confuso, pois a forma como a moção estava redigida trazia-lhe algumas dúvidas. Mencionou a saúde como um bem precioso e indispensável. Agradeceu os esclarecimentos prestados pelo deputado António Mor. Reiterou a necessidade deste assunto ser muito bem avaliado, estudado e aprofundado. O poder local deve ter um papel preponderante nesta matéria. Esclareceu que como membro desta assembleia não se sentia esclarecido sobre esta matéria.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal referiu que o poder local, não pode, não devia ter sido, nem deve ser ignorado. Referiu que todos os membros desta assembleia fazem parte e foram eleitos pelas câmaras municipais. Propôs que as propostas apresentadas fizessem parte de um documento conjunto.-----

Foi dada a palavra ao Vice-Presidente do Conselho Executivo da CIMT que solicitou à Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal a possibilidade das Presidentes dos ACES puderem darem alguns esclarecimentos sobre o andamento dos trabalhos.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal deu a palavra a Maria do Céu Albuquerque, Presidente do ACES do Zêzere, que agradeceu desde logo esta possibilidade de poder esclarecer os deputados sobre o que tem vindo a ser feito nesta matéria.-----

Revelou o que tem vindo a ser feito e trabalhado há já algum tempo. Confrontada com o encerramento de extensões de saúde com menos de 1500 habitantes alertou que as comunidades, principalmente as mais idosas não estão preparadas para se deslocar, tal como, se verifica a falta de médicos.-----

No que respeita às unidades móveis de saúde esclareceu que se disponibilizaram para se candidatarem ao QREN, esclarecendo ter havido um bom acolhimento da ARS, contudo a CCDRC apenas poderá abrir o concurso após o aval do governo.-----

Disse, de igual forma, que tem havido muita insistência nesta matéria, referindo até que, as unidades móveis de saúde não vêm resolver os problemas, mas podem minimizá-los. Referiu que cada unidade móvel de saúde tem um custo de cerca de 200 mil euros, e que, tendo pedido 2 unidades móveis, como é de calcular, apesar da sua autarquia não se encontrar numa débil situação financeira, não pode de antemão dispensar 400 mil euros para estas viaturas.-----

Foi também esclarecido que muitos idosos para se deslocarem aos seus centros de saúde, chegam a pagar do seu bolso cerca de 50,00 € diários, muitas das vezes perdidos, porque não chegam sequer a ser atendidos.-----

No fundo alertou para os dois problemas graves, a falta de médicos e as distâncias.-----

Reiterou a necessidade de uma atenção redobrada nestas matérias, dizendo que cada vez mais se tem de inovar para fazer face a problemas.-----

Foram focados os graves problemas dos doentes oncológicos que para fazerem tratamentos se têm de deslocar a Santarém, e não têm dinheiro para o fazer.-----

Terminou a sua intervenção referindo que se sentiria muito reconfortada se fosse dado um voto de confiança pelo trabalho que estão a desenvolver.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal deu de igual modo a palavra à Presidente do ACES de Serra de Aire, Fernanda Asseiceira, que teceu algumas notas sobre esta temática.-----

Reforçou ser uma matéria muito importante devendo ser tratada com a importância que é merecedora, situação esta, que não aconteceu no concelho de Alcanena, pois foi através de um comunicado afixado numa parede que se deu conhecimento de uma situação destas. Situação lamentável.-----

Até deu como exemplo, que as escolas fecham ou abrem por falta ou por existência de alunos, tal situação não poderá ser vista da mesma forma, porque as extensões de saúde não fecham por falta de utentes, muito pelo contrário.-----

Referiu a população envelhecida, e que deveria haver uma melhor articulação sobre esta matéria e que o diálogo decorra de forma muito séria, pois trata-se de um assunto preocupante.-----

Terminou a sua intervenção dando conhecimento que Alcanena está a equacionar pagar transporte às pessoas com mais dificuldades económicas.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal reforçou o trabalho efetuado pela CIMT e pelas Presidentes dos ACES. Referiu de igual modo, todos estarmos imbuídos no mesmo espírito independente das questões político-partidárias.-----

Após estas considerações foi aprovada por unanimidade pela assembleia intermunicipal a criação de uma comissão conjunta nos termos apresentados pelo deputado João Simões, com a presença de 31 deputados na sala.-----

No que respeita à moção apresentada pela CDU e a proposta do bloco de esquerda foi igualmente deliberado por unanimidade, tratar os referidos documentos numa comissão conjunta com um elemento de cada força com representação na assembleia.-----

Nada mais havendo mais assunto a tratar, pelas 20h30 horas, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, Rita Trindade, para o efeito designada, redigiu e também assina. -----